



**CONTRATAÇÃO DE CONSULTOR INDIVIDUAL
MODALIDADE PRODUTO
IICA BRA/IICA/17/001 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

1- OBJETIVO GERAL

Analisar e propor melhorias nos processos de compras públicas da Agricultura Familiar, no âmbito do Programa Nacional da Alimentação Escolar e do PAA Compras Institucionais.

2- ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o IICA - Projeto BRA/IICA/17/001 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

No âmbito do Projeto, a ação está enquadrada no Resultado 1.5, que visa propor metodologias e estratégias para qualificação, acompanhamento, monitoramento e aprimoramento de processos e execuções relacionados à compra de produtos da agricultura familiar no âmbito de programas governamentais que visam à segurança alimentar e junto às organizações militares propostas, validadas e implementadas. Mais especificamente, a consultoria atenderá ao produto 1.5.A que contempla a construção de um estudo técnico sobre os processos e execuções relacionados a compra de produtos da agricultura familiar na modalidade Compra Institucional do PAA.

3- CONTEXTO

Poucos anos após a histórica conquista da saída do Mapa da Fome, em 2014, o Brasil voltou a assistir o aumento acelerado da extrema pobreza e da fome, com a piora dos índices de insegurança alimentar grave. De acordo com as pesquisas mais recentes, a fome está presente em 15,5% dos domicílios, atingindo 33,1 milhões de brasileiros e de brasileiras (2º VIGISSAN/Rede PENSSAN, 2022).

A continuidade do desmonte de políticas públicas, a piora na crise econômica, o aumento das desigualdades sociais e o segundo ano da pandemia da Covid-19 mantiveram mais da metade (58,7%) da população brasileira em insegurança alimentar, nos mais variados níveis de gravidade.

Em uma paradoxal realidade, o desafio de acesso a alimentos se mostra mais pronunciado em domicílios rurais do que nos urbanos. Dentre estes, a agricultura familiar sofreu particularmente com a crise econômica, e teve sua situação agravada pelo enfraquecimento das políticas públicas voltadas ao pequeno produtor rural. Conforme o 2º VIGISAN - Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil, mais de 60% das residências em zonas rurais convivem com a insegurança alimentar em diferentes níveis. O estudo ainda salientou que 38% das residências de agricultores familiares e pequenos produtores rurais são acometidos pelas formas mais graves de insegurança alimentar.

Destaca-se que a Agricultura Familiar no Brasil desempenha um papel fundamental para a economia e a segurança alimentar do país, sendo responsável pela produção de grande parte dos alimentos consumidos pela população. Além disso, a Agricultura Familiar contribui para a geração de emprego e renda, favorecendo o desenvolvimento local e a sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, políticas públicas voltadas à promoção e ao fortalecimento da Agricultura Familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), são de suma importância para garantir a efetividade e a eficiência na implementação das políticas públicas e para promover a segurança alimentar e nutricional, bem como o desenvolvimento sustentável no país.

O PNAE, uma política pública de grande relevância no Brasil, tem como principal objetivo garantir a alimentação saudável e adequada aos estudantes da educação básica pública, contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis e o pleno desenvolvimento dos alunos. Além disso, o PNAE é uma importante ferramenta de apoio à Agricultura Familiar, uma vez que a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece a obrigatoriedade de aquisição de, no mínimo, 30% dos produtos provenientes da Agricultura Familiar. A participação da Agricultura Familiar no PNAE traz inúmeros benefícios, tanto para a comunidade escolar quanto para os agricultores familiares. A promoção da alimentação saudável nas escolas é uma das principais vantagens dessa relação, visto que os produtos adquiridos diretamente da Agricultura Familiar tendem a ser mais nutritivos e diversificados, proporcionando aos estudantes uma dieta mais equilibrada e rica em

nutrientes. Além disso, a inserção da Agricultura Familiar no PNAE estimula a economia local, gerando renda para os agricultores e favorecendo o desenvolvimento regional.

Os critérios de compras públicas de alimentos da Agricultura Familiar no âmbito do PNAE visam priorizar a aquisição de produtos de origem local e regional, de agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, pescadores artesanais, comunidades quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.

Nesse sentido, o PAA é outra política pública brasileira de grande importância. Criado em 2003, através do Art. 19 da Lei nº 10.696, o PAA tem como objetivo promover o acesso à alimentação adequada e de qualidade às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, fortalecendo simultaneamente a Agricultura Familiar.

Os benefícios trazidos pelo PAA são significativos tanto para os agricultores familiares quanto para a população atendida. O programa permite o acesso a alimentos de qualidade e saudáveis para populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, enquanto fortalece a Agricultura Familiar, garantindo escoamento da produção, geração de renda, estímulo à organização produtiva e o fomento a práticas sustentáveis e agroecológicas.

A modalidade PAA de Compras Institucionais se destaca pela aquisição direta de produtos da Agricultura Familiar, destinados a atender demandas de instituições públicas como hospitais, creches, abrigos, presídios e outros. Essa ação promove o abastecimento com produtos de qualidade, provenientes de circuitos curtos de comercialização e oriundos de sistemas de produção sustentáveis e agroecológicos.

Ademais, a integração das compras públicas aos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, como restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias, é uma estratégia que visa ampliar o acesso à alimentação adequada e saudável em centros urbanos. Esses equipamentos desempenham um papel crucial na mitigação da insegurança alimentar e na promoção da alimentação saudável, especialmente para a população mais vulnerável.

Nesse contexto, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) tem papel crucial. Com o objetivo de formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, promover a cooperação entre governo e sociedade civil e monitorar e avaliar a situação da segurança alimentar no país, o SISAN se mostra como um importante agente na luta contra a má nutrição.

Diante disso, a elaboração deste termo de referência se faz necessária para a contratação de uma consultoria que possa contribuir para a sistematização das discussões da CAISAN, a elaboração de análises e propostas para aprimoramento dos processos de compras públicas da Agricultura Familiar.

4- PRODUTOS E ATIVIDADES

No âmbito desta consultoria, o consultor deverá realizar as seguintes atividades:

- Participar de reuniões técnicas com a equipe da Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome e com outras áreas técnicas dos Ministérios que compõe a CAISAN que se fizerem necessárias;
- Participar de reuniões do Grupo de Trabalho sobre compras públicas e sobre Grupo de Trabalho sobre estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades da CAISAN;
- Realizar pesquisa bibliográfica e levantamento de outras informações secundárias que possam subsidiar a análise;
- Analisar e sistematizar informações técnicas para produção dos documentos, diretrizes e orientações para os gestores das políticas envolvidas;
- Desenvolver outras atividades necessárias à execução da consultoria;
- Elaborar documentos que sistematizem as discussões dos Grupos de Trabalho da CAISAN, sendo um sobre compras públicas e outro acerca de estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional. Adicionalmente, deve-se elaborar análises e propostas para melhoria dos processos de compras públicas da Agricultura Familiar e sugestões para integrar estas compras aos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional em centros urbanos, pelo governo federal.

O trabalho da consultoria corresponde aos produtos, conforme descritos no Quadro I:

Quadro I

Produto 01: Documento Técnico contendo informações atuais sobre a realização de compras públicas da agricultura familiar no âmbito federal, estadual e municipal, na perspectiva de diferentes programas de políticas públicas

Produto 02: Documento técnico com desenvolvimento de propostas de aprimoramento das compras públicas de produtos da Agricultura Familiar, assegurando que estes produtos estejam presentes nos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional e em estabelecimentos similares

Produto 03: Documento técnico contendo a sistematização das reuniões do Grupo de Trabalho da CAISAN sobre compras públicas da Agricultura Familiar e do Grupo de Trabalho sobre estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional e; produção de documento com orientações para as instâncias e instrumentos do SISAN com relação a articulação intersetorial para garantir o aprimoramento das compras públicas de produtos da Agricultura Familiar no território

5- FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

O consultor deverá garantir que os serviços executados sejam realizados com qualidade, atendendo a todas as especificações e no prazo estabelecido neste termo de referência.

O consultor deverá seguir as orientações do supervisor da consultoria e submeter os produtos para sua apreciação e aprovação em tempo hábil para que seja possível a realização de ajustes que venham ser necessários dentro do prazo da entrega do produto.

O produto entregue pelo consultor, aprovado pelo supervisor do contrato, deve ser enviado via e-mail em formato PDF e Word (".DOC" - versão 2010 ou similar) certificado pelo consultor através da Declaração de Autoria de Produto via Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Não serão aceitos produtos que apresentem mera reprodução de conteúdo da internet ou livros de outros autores sem os créditos devidos ou ainda sem que tais conteúdos sejam minimamente tratados/analísados pelo consultor.

Não serão aceitos produtos que apresentem textos já escritos pelo consultor em outros produtos ou publicações sem referência a eles. O produto elaborado requer ineditismo.

Os produtos serão pagos após a aprovação pelo supervisor do contrato, pelo Diretor Nacional de Projetos e Supervisor do Projeto no IICA.

A estrutura dos Produtos deverão estar em conformidade com o “Manual para apresentação de relatórios técnicos, produtos e consultoria (IICA)” – março de 2009, que poderá ser obtido no seguinte endereço

eletrônico https://drive.google.com/file/d/1dHU_TPffQPeBscG8jsdZ0JgA7dCPXZ0Z/view?usp=sharing.

O consultor deve garantir sigilo e proteção dos dados pessoais que possam ser acessados durante a consultoria, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

6- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DA CONSULTORIA

A duração dos serviços de consultoria será de 6 meses, a contar da assinatura do Contrato, e a entrega dos produtos ao longo desse período será realizada conforme o cronograma expresso no Quadro II.

Quadro II: Cronograma de entrega dos produtos e respectivo percentual de remuneração.

Produtos esperados	Cronograma de entrega (dias acumulados contados a partir da data de assinatura do Contrato)	Percentual de remuneração (%)
Produto 01:	25 dias após a assinatura do contrato	20,6%
Produto 02:	100 dias após a assinatura do contrato	39,7%
Produto 03:	180 dias após a assinatura do contrato	39,7%

7- CUSTO TOTAL

O custo total da consultoria é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo destinados ao pagamento de dos produtos, cumpridas as obrigações contratuais.

Os serviços serão remunerados em moeda nacional corrente, de acordo com a entrega dos produtos, uma vez aprovados pelo Supervisor do Contrato, pelo Diretor do Projeto e Supervisor do Projeto no IICA.

8- INSUMOS

Os custos de deslocamento, alimentação e hospedagem em viagens consideradas essenciais para a execução das atividades previstas neste Termo de Referência serão custeados pelo Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/17/001 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. A Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome disponibilizará documentos, materiais e insumos que julgar necessário para a execução da consultoria.

9- LOCALIZAÇÃO DA CONSULTORIA

O local de trabalho será no local de residência do consultor, sendo necessário que o consultor tenha disponibilidade para viagens.

10- QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DA CONSULTORIA

Poderão participar da seleção, profissionais que tenham, no mínimo, as qualificações descritas no Quadro III:

Quadro III

Requisitos obrigatórios
Formação acadêmica: Graduação em Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, conforme Tabela de Conhecimento da CAPES, com diploma devidamente reconhecido pelo MEC.
Experiência profissional: Experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos em gestão de projetos e/ou implementação e/ou avaliação de políticas públicas.

11- MÉTODO DE SELEÇÃO

A seleção tem como fundamento legal o Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 e a Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017.

12- RECEBIMENTO DOS CURRÍCULOS

Os currículos deverão ser anexados, obrigatoriamente, no momento do cadastro, no site do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (<http://www.iica.org.br/pt/node/75>) em “Oportunidades”, “Pessoa Física”, após cadastra-se é necessário clicar em “Desejo participar” no processo seletivo onde está inserido este termo de referência. Solicita-se especial atenção no que se refere ao preenchimento das informações sobre os critérios solicitados neste Termo de Referência.

13- SELEÇÃO

A Comissão Temporária de Seleção definirá o(a) candidato(a) melhor qualificado(a) nesse certame com base na análise de currículo. A comprovação documental das informações curriculares é parte integrante do processo.

O perfil requerido e a capacidade do especialista serão aferidos com base no currículo acadêmico apresentado e na experiência profissional. As qualificações profissionais exigidas têm caráter eliminatório e haverá pontuação classificatória para seleção.

A seleção ocorrerá em três etapas:

A) ANÁLISE CURRICULAR

A análise curricular ocorre em duas fases:

1ª Fase – Nesta fase, os currículos dos candidatos serão analisados para verificação do cumprimento dos requisitos obrigatórios (e, portanto, eliminatórios), de acordo com as qualificações de formação acadêmica e experiências profissionais informadas no item 10 deste Termo de Referência.

Para que a seleção siga para a próxima etapa, é necessário que pelo menos 3 (três) candidatos possuam todos os requisitos obrigatórios.

2ª Fase – Nesta fase, serão pontuados, exclusivamente, os currículos válidos, ou seja, aqueles que obtiverem resposta “SIM” em todos os requisitos obrigatórios. A pontuação será o resultado da análise dos critérios de formação acadêmica e experiência profissional informadas no item 10 deste Termo de Referência, conforme a tabela abaixo.

Para ser considerado classificado, a nota final do candidato deve estar acima da nota de corte.

Quadro IV

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	PONTOS
Graduação em Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, conforme Tabela de Conhecimento da CAPES, com diploma devidamente reconhecido pelo MEC.	Até 70 pontos
Experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos de atuação em projetos e/ou implementação e/ou avaliação de políticas públicas	
CRITÉRIOS DESEJÁVEIS	PONTOS
Pós-graduação: Especialização e/ou mestrado nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, com diploma devidamente reconhecido pelo MEC.	Até 30 pontos
Experiência profissional de, no mínimo, 2 (dois) anos com Gestão e/ou na implementação de Políticas Públicas (União, Estados, DF e/ou municípios)	
Experiência profissional com organizações da sociedade civil	
Experiência profissional com pesquisa e/ou consultoria voltadas a elaboração, implementação gestão, monitoramento de políticas públicas	
Experiência na elaboração de, no mínimo, 3 (três) publicações acadêmicas e/ou técnicas sobre políticas públicas	

As pontuações serão distribuídas entre os critérios obrigatórios e desejáveis de acordo com critérios objetivos pré-estabelecidos pela Comissão Temporária de Seleção.

Serão classificados candidatos que obtiverem no mínimo 70 pontos.

Requisito obrigatório a ser considerado mais importante para a formação da lista curta: Experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos de atuação em projetos e/ou implementação e/ou avaliação de políticas públicas

Critérios de desempate:

Em caso de empate, será considerado vencedor: Experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos de atuação em projetos e/ou implementação e/ou avaliação de políticas públicas (União, Estados, DF e/ou municípios)

(a) O candidato que apresentar o maior tempo de experiência no critério

Se ainda permanecer empate, será considerado vencedor:

(b) O candidato que apresentar o maior tempo de experiência no critério **Experiência profissional com Gestão e/ou na implementação de Políticas Públicas**

Se ainda permanecer empate, será considerado vencedor:

(c) O candidato que apresentar o maior tempo de experiência no critério **Experiência profissional com pesquisa e/ou consultoria voltadas a elaboração, implementação gestão, monitoramento de políticas públicas**

Se ainda permanecer empate, será considerado vencedor:

(d) O candidato que apresentar o maior número de publicações no critério **Experiência na elaboração de publicações acadêmicas e/ou técnicas sobre políticas públicas**

B) APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

Será solicitado ao candidato com maior pontuação na soma dos pontos obtidos na análise curricular a apresentação de cópias autenticadas dos documentos declarados no currículo, a serem listados pela Comissão Temporária de Seleção, no prazo de até 5 dias úteis. O candidato que não apresentar os documentos solicitados no prazo estipulado, será automaticamente desclassificado. Diante disso, caso ocorra, será convocado

o candidato que obter a segunda maior pontuação ou elegível para a apresentação dos documentos e assim sucessivamente.

C) REUNIÃO DE ALINHAMENTO

Após a apresentação de toda a documentação, e previamente à contratação, será convocada uma Reunião de Alinhamento para Contratação, na qual serão discutidos o Termo de Referência, plano de trabalho, a metodologia, insumos (viagens, material, etc), método de coleta de dados e condições do contrato, etc. A reunião ocorrerá na presença do candidato, e de pelo menos 1 membro da Comissão Temporária de Seleção e de um membro da equipe da unidade Cooperação Técnica, e poderá ser feita por áudio ou videoconferência.

14- RESTRIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS, PROFESSORES FEDERAIS E BOLSISTAS.

Segundo Decreto **5.151/2004**, não pode ser contratado servidor ativo, ainda que licenciado, da administração pública federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, direta ou indireta, bem como de empregado de suas subsidiárias e controladas. O candidato também não deve pertencer ao quadro funcional das instituições de ensino superior qualificadas para atuar enquanto agências implementadoras.

Durante a vigência da **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023** é permitida a contratação de servidores públicos que se encontrem em licença sem remuneração para tratar de interesse particular. Ainda, durante a vigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 é permitida a contratação de professor de Universidades, inclusive os de dedicação exclusiva, para realização de pesquisas e estudos de excelência, desde que: haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem de inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Os projetos de pesquisas e estudos devem ser aprovados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade ao qual esteja vinculado o professor.

Em conformidade com o artigo 1º da **Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010**, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES.

Conforme a **Lei nº 12.813/2013**, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Público Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal (alínea c, inciso II do artigo 6º):

...

II – no período de 6(seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:

...

c)celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria assessoramento ou ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego;...

A autorização da contratação pela CGU deverá dar-se nos termos das [Portarias Interministerial MP/CGU nº 333, de 19 de setembro de 2013](#) e [Portaria MC nº 603, de 05 de fevereiro 2021](#);

Ainda, nos termos da Lei nº 12.813/13, o candidato deve informar no currículo a informação sobre parentesco com servidor ou ex-servidor deste Ministério. Caso haja parentesco, previamente à contratação, deverá haver consulta à Comissão de Ética sobre possível risco de conflito de interesse.

Nos termos dos parágrafos § 4º e 5º da **portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017, do Ministério das Relações Exteriores**, que dispõe sobre normas complementares aos procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta ou indireta, para fins de celebração de Atos Complementares de cooperação técnica recebido, decorrentes de Acordos Básicos firmados entre o Governo brasileiro e organismos internacionais, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos, é vedada a contratação de consultor que já esteja cumprindo contrato de consultoria por produto vinculado a projeto de cooperação técnica internacional, sendo necessário cumprimento de interstício para novas contratações conforme prazos estabelecidos:

"§ 5º A autorização para nova contratação do mesmo consultor, mediante nova seleção, nos termos do art. 5º do Decreto nº5.151/04, somente será concedida após decorridos os seguintes prazos, contados a partir do encerramento do contrato anterior:

noventa dias para contratação no mesmo projeto;

quarenta e cinco dias para contratação em projetos diferentes, executados pelo mesmo órgão ou entidade executora;

trinta dias para contratação para projetos executados em diferentes órgãos ou entidades executoras."

A contratação de consultores, ainda, deve atender aos termos do [Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010](#), que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal, e [da Portaria MC nº 604, de 05 de fevereiro de 2021](#), que estabelece os procedimentos e as rotinas de verificação de situações de nepotismo no âmbito deste Ministério.

É vedada a contratação de candidato que tenha participado, mesmo que pontualmente, dos trabalhos de concepção, construção, autorização ou publicação do edital em questão.

15 - SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DA CONSULTORIA

O acompanhamento dos trabalhos será de responsabilidade deste Ministério, por meio da Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome sob gestão Coordenação-Geral de Articulação Federativa do SISAN, juntamente com a Coordenação Técnica do IICA.

16 - PROPRIEDADES

Todas as peças (estudos, relatórios, pesquisas, informações ou outros materiais, incluindo gráficos, arquivos, documentos e dados eletrônicos) produzidas pelo contratado, fruto deste Termo de Referência, inclusive originais e arquivos em meio digital, independente dos meios de informação em que se encontrem produzido pelo Contratado sob este contrato, deverão ser entregues antes da data de término do contrato e pertencerão exclusivamente à contratante.

O(A) Contratado(a) não poderá fazer uso das informações produzidas por ele relativas aos produtos, a não ser que, expressamente, seja acordado entre as partes e devidamente registrado no Contrato.

O conjunto das peças citadas anteriormente será incorporado ao acervo do MDS, podendo ainda ser publicado posteriormente conforme a vontade da contratante.

17 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

O(A) candidato(a) interessado, caso ainda não tenha cadastro como consultor do IICA, deve cadastrar-se em <http://www.iica.org.br/pt/node/75>, em "Oportunidades", "Pessoa

Física”, selecionando esta vaga desejada (Termo de Referência) e preencher os dados de currículo.

Caso o(a) candidato(a) seja cadastrado como consultor do IICA, basta realizar o *Login* no sistema do IICA e optar por enviar o currículo para esta vaga. **Não serão recebidos currículos por outros meios.** Caberá ao consultor explicitar, no currículo enviado, o atendimento aos requisitos desejados, com o período em meses de atuação em cada requisito.

Os processos seletivos terão validade de até 12 (doze) meses, a contar da data de sua divulgação, conforme Manual de Normas e Procedimentos para Projetos de Cooperação Técnica do IICA no Brasil.

O(A) Consultor(a) será responsável pelo pagamento de todos os encargos tributários, sociais e trabalhistas, referentes ao contrato, de acordo com as leis brasileiras que regem a contratação de autônomo.

Não será proporcionado ao(a) Consultor(a), seguro social (INSS), por acidentes de trabalho, de saúde, de acidentes ou de vida, nem lhe serão concedidas férias, licença por enfermidade ou qualquer outro emolumento durante a vigência do Contrato.

O(A) Consultor(a) deverá executar as atividades constantes neste Termo de Referência de acordo com os mais elevados padrões de competência e integridade profissional e ética.

Ao preencher o currículo, o candidato deverá descrever minuciosamente as experiências profissionais e se atentar para a precisão no emprego das palavras, de forma a deixar claras as atividades desempenhadas e os níveis de conhecimento e experiência em relação aos critérios de avaliação previstos no Edital. É recomendável especificar, por exemplo, para cada experiência, a data completa de início e fim, o tipo de vínculo, a instituição demandante ou à qual estava vinculada, o nome ou descrição dos projetos envolvidos, as atividades desenvolvidas e quaisquer outras informações que o candidato achar relevante para a sua avaliação. Devem constar como experiências separadas diferentes funções que o candidato exercer em uma mesma instituição.

No que se refere à formação acadêmica, o candidato deverá informar os cursos realizados, data de início e término e o nível do curso. Além disso, deverá incluir no campo de informações relevantes os temas da monografia, dissertação e tese, quando houver.

As informações prestadas devem ser relevantes para a consultoria que está sendo contratada.

Eventualmente poderão ser solicitados, por e-mail, esclarecimentos adicionais quanto à experiência profissional e acadêmica dos candidatos.

Será solicitado ao consultor selecionado comprovar, antes de sua contratação, experiência profissional e acadêmica dos requisitos nos quais foi pontuado.

No caso de experiência laboral, serão aceitos atestados tais como: declaração do empregador com a descrição da atividade e sua duração e/ ou a cópia de publicação de portarias de nomeação em diários oficiais (municipais, estaduais ou da União). No caso de publicações, a comprovação será feita pela cópia da capa e sumário do volume em questão, acompanhado da cópia da ficha catalográfica em que conste o ISBN ou o ISSN pertinente. No caso de processos de formação, a comprovação será feita pela cópia do diploma ou certificado em questão. Para a comprovação de títulos de pós-graduação, na impossibilidade de apresentação da cópia dos diplomas correspondentes, será aceita, alternativamente, cópia da ata de defesa do trabalho final (monografia, dissertação ou tese, conforme o nível) acompanhada do respectivo histórico escolar.

18 - FONTE DE RECURSOS

Os recursos para pagamento do Contrato de Prestação de Serviços regulamentado por este Termo de Referência são oriundos do MC, alocados ao Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/17/001 - "SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

19 - PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

O candidato aprovado no processo seletivo deverá realizar os seguintes passos, quando solicitado pela Coordenação do Projeto:

- Preencher a Ficha Cadastral do IICA que será enviada pelo Projeto;
- Apresentar os seguintes documentos à Direção Nacional do PCT BRA/IICA/17/001 - "SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.
- Original ou cópia autenticada dos diplomas de formação acadêmica e comprovantes de experiências profissionais;
- A Coordenação do Projeto encaminhará ao Escritório do IICA no Brasil a solicitação para a contratação do consultor, que receberá as vias do contrato para assinatura e devolução posterior.
- Cópia de CPF, RG (que contenha o número do CPF) e ou identidade profissional;
- Comprovante de inscrição na Previdência Social como autônomo.

A Coordenação do Projeto encaminhará ao Escritório do IICA no Brasil a solicitação para a contratação do consultor, que receberá o contrato por meio eletrônico para assinatura.

 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA
EDITAL Nº 186/2023 ORGANISMO INTERNACIONAL PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRA/IICA/17/001 SELECIONA CONSULTOR(A) POR PRODUTO
Código: TR/PF/IICA-23828
Analisar e propor melhorias nos processos de compras públicas da Agricultura Familiar, no âmbito do Programa Nacional da Alimentação Escolar e do PAA Compras Institucionais. Formação: Graduação em Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, conforme Tabela de Conhecimento da CAPES, com diploma devidamente reconhecido pelo MEC. Experiência Profissional: Experiência de, no mínimo, 5 (cinco) anos de atuação em projetos e/ou implementação e/ou avaliação de políticas públicas. Vigência Contratual: 180 dias Número de Vagas: 1
Outras Informações: Para participar do edital de seleção os candidatos deverão se cadastrar no processo, impreterivelmente até o dia 12/11/2023 às 23:59:00h. A responsabilidade pelo processo seletivo de serviços técnicos de consultoria é de competência da entidade executora nacional, conforme legislação vigente. A íntegra do edital e o resultado da seleção (após processo seletivo) poderão ser visualizados na página do IICA https://www.iica.org.br/pt/node/75
Fundamento Legal: Decreto nº 5151, de 22/07/04, Portaria MRE Nº 08 de 04/01/2017.

CORREIO BRAZILIENSE